

Um discurso de união num país polarizado

Diana Soller | Observador | 22 de janeiro de 2021

O discurso de tomada de posse foi o certo para uma América que precisa urgentemente de se unir e se restaurar. Mas não vamos ter demasiadas ilusões. Mesmo com o governo unificado, Biden tem uma tarefa gigantesca pela frente. Porque o discurso não dirimiu a batalha campal que tem sido a política interna americana durante a última década.

Se tivesse que escolher quatro ideias centrais acerca do discurso de Joe Biden escolhia duas visíveis, e outras duas nas entrelinhas. As visíveis são mais óbvias: a primeira está relacionada com a unificação do país. Biden sabe que tem um estado profundamente polarizado, que uma parte da nação fez ouvidos de mercador ao que disse, mas não deixou, e bem, de frisar que a América tem de voltar a ser una e deixar para trás a “guerra incivil” que tem posto americanos contra americanos.

A segunda foi uma tentativa de resgatar o que até aqui tem sido a tradição preponderante na América: o nacionalismo cívico. Biden não usou estas palavras, mas descreveu-o: a oportunidade, a liberdade, o respeito, a honra e a verdade. Nada disto é novo, mas a ideia é lembrar aos compatriotas que ser americano não está ligado a questões de origem, raça, religião, género ou o que quer que seja. Está ligado a uma ideia e a quem quiser pertencer ao país basta (pelo menos teoricamente) acreditar e praticar essas ideias.

O que nos leva ao terceiro elemento. O nacionalismo cívico opõe-se ao nacionalismo nativista, incorporado, na perfeição, por Donald Trump. Aliás, é nesta dualidade que se joga a batalha pelo “coração da América”, expressão que se ouve tantas vezes do lado de lá do Atlântico. Pois bem, neste discurso nunca se pronunciou o nome de Trump, que saiu para Mar-ao-Largo com fanfarra e um convincente “I’ll be back”. Mas foi impossível não sentir o antigo presidente presente em quase todas as palavras. Assim, Biden assinalou devidamente a luta que se avizinha e que não vai ser fácil. Os nacionalismos americanos vão continuar em confronto, independentemente da quase unânime alegria e otimismo que passou nas televisões de todo o mundo.

Finalmente, e também das entrelinhas, Biden fez-me lembrar Harry Truman. Posto perante uma situação inédita na América, o novo presidente, tal como o seu longínquo antecessor, transpareceu um tom de urgência. Urgência em consertar a América, por todas as razões ligadas à necessidade de reconstituir um país que está partido, mas urgência também em que a América se fortaleça o suficiente para cumprir uma agenda de política externa ambiciosa, em que a palavra “liderança” que usou em discursos e documentos anteriores vem sempre à cabeça.

Foquemo-nos nos dois últimos pontos. Biden disse no seu discurso: “a democracia venceu”. Não tenho a certeza que a democracia – pelo menos a democracia

institucional – alguma vez tenha estado em risco de desaparecer. Estou é convencida que veio para ficar um sistema de legitimidade paralela (própria dos demagogos) em que o que conta é uma vontade difusa do povo interpretada pelo líder nativista.

Isto é possível, claro, devido à polarização. Um termo que se usa muito, mas em que se pensa pouco. Das muitas maneiras que há para explicar a polarização eu escolho esta, que aparece, de uma forma ou de outra, em todos os livros que li sobre o assunto: trata-se do momento em que os eleitores estão mais preocupados com o resultado do seu grupo identitário (e.g. partido em que votam) do que com o futuro do país. Mesmo que isso prejudique as suas vidas.

O processo está estudado e é o seguinte. O primeiro passo é a homogeneização dos partidos. Por razões históricas, as formações políticas que tinham um formato chapéu-de-chuva vão-se tornando cada vez mais idênticas. A este processo chama-se “sorting”. Pode ficar por aí, mas regra geral não fica, porque o sorting implica identidades ideológicas mais fortes, o que tende a atrair também eleitores mais homogêneos. No caso dos Estados Unidos começou no final dos anos 1960 quando se aprovaram os direitos civis. Os democratas segregacionistas do sul, que eram muitos e necessários para criar consensos, refugiaram-se no Partido Republicano, que se tornou mais “branco” e, logo ali, menos tolerante.

A grande cisão vem nos anos 1990. Os republicanos começam paulatinamente a seguir a linha civilizacional de Newt Gingrich enquanto os democratas, convencidos que a classe média estava acomodada e segura, viraram-se para outro tipo de eleitorado, nomeadamente as minorias e as classes trabalhadoras independentes e cosmopolitas. Estas faziam o círculo virtuoso de apoio à discriminação positiva e à defesa dos que eram diferentes mas, como americanos cívicos, tinham direito às suas oportunidades.

Depois vêm as crises: a crise do subprime, em 2008, a crise de identidade da maioria branca a perder poder, a crise da pandemia, em 2020 e virá a crise económica pós-pandemia. Estes momentos destapam realidades que já lá estavam, mas disfarçadas, debaixo do tapete. E os dois elementos em conjunto, as crises e a homogeneização dos partidos, criam não só radicalização nas ideias como cristalização de identidades que se entrincheiram nos partidos. É esta a América de hoje, especialmente depois de uma presidência em que a polarização foi usada como arma política – falo de Trump, evidentemente – e cuja mensagem assentou em quantos estavam descontentes por uma razão ou por outra. E eram muitos. E ainda são. Esta é a América que Biden tem de unir urgentemente, se quiser ter uma América com um papel preponderante na política externa.

O novo presidente parece ter percebido uma coisa – que aliás tinha ficado explícita no mandato do seu antecessor. Os EUA têm inimigos tradicionais que têm agora como armas de combate novas tecnologias. Jack Sullivan afirmou que há fortes suspeitas que a Rússia tenha andado a vasculhar redes americanas de Estado e a China transformou-se numa ameaça incontornável num novo sistema internacional.

Biden, em jeito de Cold Warrior Wilsoniano, percebeu que a única forma de enfrentar esta dupla ameaça (aproveitando para unir os americanos) é reunir as democracias numa paz separada e defensiva. Tem desafios pela frente – daí parte da urgência. Convencer as democracias asiáticas a um programa americano e reconciliar-se com os aliados europeus que, segundo um estudo desta semana do ECFR, continuam muito desconfiados dos americanos, apesar da eleição de Biden. Todos têm que fazer a sua parte para uma nova agenda (liberal) no contexto de um sistema bipolar que funcione. E saber que as autocracias tenderão a reagir. Mas está na altura de os Estados Unidos darem o primeiro passo. Os líderes internacionais anseiam em saber qual será a primeira visita de estado e de que forma Biden se irá dirigir aos antigos aliados.

O discurso de tomada de posse foi inspirador. Foi o discurso certo para uma América que precisa urgentemente de se reunir e restaurar. Mas não vamos ter demasiadas ilusões. Mesmo com o governo unificado, Biden tem uma tarefa gigantesca pela frente. Porque o discurso não dirimiu a batalha campal que tem sido a política interna americana durante a última década.

<https://observador.pt/opiniao/um-discurso-de-uniao-num-pais-polarizado/>